

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias individuais e
consolidadas em 31 de março
de 2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

À Diretoria da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Curitiba – Paraná

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2020, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting (IFRS)* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Período anterior não revisado

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, apresentados para fins de comparação, não foram anteriormente auditados nem revisados por nós e nem por outros auditores independentes.

Curitiba, 26 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR


Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.336	80.402	21.491	80.426	Fornecedores	21	279.009	254.535	279.167	254.658
Aplicações financeiras	8	43.309	10.001	43.309	10.001	Arrendamentos a pagar	22	38.162	41.580	38.162	41.580
Contas a receber de clientes	9	99.560	84.843	100.141	84.927	Empréstimos e financiamentos	23	59.791	46.917	60.146	47.263
Estoques	10	278.612	242.473	278.612	242.473	Debêntures	24	105.644	88.806	105.644	88.806
Impostos a recuperar	11	12.538	12.998	12.538	12.998	Obrigações sociais e trabalhistas	25	41.564	39.624	41.646	39.698
Instrumentos derivativos	12	7.833	-	7.833	-	Obrigações fiscais e tributárias		7.663	6.691	7.779	6.764
Outros ativos	13	44.103	39.404	44.708	41.299	Parcelamento de tributos	26	4.134	3.182	4.301	3.353
						Outros débitos		3.867	3.984	6.229	6.347
		<u>507.291</u>	<u>470.121</u>	<u>508.632</u>	<u>472.124</u>			<u>539.834</u>	<u>485.319</u>	<u>543.074</u>	<u>488.469</u>
Não circulante						Não circulante					
Outros investimentos	14	12.454	12.454	12.454	12.454	Arrendamentos a pagar	22	117.253	101.630	117.253	101.630
Direitos sobre precatórios	15	50.160	50.160	50.160	50.160	Empréstimos e financiamentos	23	145.256	145.469	145.468	145.773
Impostos a recuperar	11	7.324	7.324	7.324	7.324	Debêntures	24	93.676	100.906	93.676	100.906
Depósitos judiciais	27	5.185	5.054	5.185	5.054	Parcelamento de tributos	26	27.351	27.615	27.467	27.767
Ativo fiscal diferido	32	18.818	14.383	18.818	14.383	Provisão para contingências	27	8.024	7.862	8.024	7.862
Outros ativos	13	19.308	21.515	32.923	33.833	Outros débitos	16	-	1.674	-	-
		<u>113.249</u>	<u>110.890</u>	<u>126.864</u>	<u>123.208</u>	Impostos diferidos	32	-	-	23.593	23.618
								<u>391.560</u>	<u>385.156</u>	<u>415.481</u>	<u>407.556</u>
Investimentos	17	106.630	107.261	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo biológico	18	-	-	40.285	40.023	Capital social	28	21.720	21.720	21.720	21.720
Imobilizado	19	242.385	230.457	320.979	308.962	Reservas de lucros	28	3.510	3.510	3.510	3.510
Intangível	20	20.882	22.156	20.882	22.162	Prejuízo do período		(11.367)	-	(11.367)	-
		<u>369.897</u>	<u>359.874</u>	<u>382.146</u>	<u>371.147</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	28	45.180	45.180	45.180	45.180
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		59.043	70.410	59.043	70.410
						Participação de não controladores		-	-	44	44
								<u>59.043</u>	<u>70.410</u>	<u>59.087</u>	<u>70.454</u>
Total ativo		<u>990.437</u>	<u>940.885</u>	<u>1.017.642</u>	<u>966.479</u>	Total passivo e patrimônio líquido		<u>990.437</u>	<u>940.885</u>	<u>1.017.642</u>	<u>966.479</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Receita líquida de vendas	29	402.114	402.298	350.326
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	(272.956)	(273.414)	(238.283)
Lucro bruto		129.158	128.884	112.043
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	30	(17.551)	(17.849)	(15.154)
Despesas comerciais	30	(102.105)	(102.105)	(89.545)
Outras receitas operacionais líquidas		236	236	393
Lucro antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e tributos sobre o lucro		9.738	9.166	7.737
Receitas financeiras	31	8.504	8.505	341
Despesas financeiras	31	(33.413)	(33.433)	(21.861)
Resultado financeiro		(24.909)	(24.928)	(21.520)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(631)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(15.802)	(15.762)	(13.783)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	32	-	(65)	(165)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	32	4.435	4.460	3.147
Prejuízo do período		(11.367)	(11.367)	(10.801)
Prejuízo atribuível a:				
Controladores		(11.367)	(11.367)	(10.801)
Não controladores		(227)	(227)	(10.585)
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):	34	(0,52)	(0,50)	(216)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u> (Não revisado)	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u> (Não revisado)
Prejuízo do período	(11.367)	(10.801)	(11.367)	(10.801)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do período	<u>(11.367)</u>	<u>(10.801)</u>	<u>(11.367)</u>	<u>(10.801)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>21.720</u>	<u>2.449</u>	<u>11.627</u>	<u>45.374</u>	<u>-</u>	<u>81.170</u>	<u>41</u>	<u>81.211</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.801)	(10.801)	-	(10.801)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(10.801)	-	10.801	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2019 (Não revisado)	<u>21.720</u>	<u>2.449</u>	<u>826</u>	<u>45.374</u>	<u>-</u>	<u>70.369</u>	<u>41</u>	<u>70.410</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>21.720</u>	<u>2.449</u>	<u>1.061</u>	<u>45.180</u>	<u>-</u>	<u>70.410</u>	<u>44</u>	<u>70.454</u>
Prejuízo do período	-	-	-	-	(11.367)	(11.367)	-	(11.367)
Saldos em 31 de março de 2020	<u>21.720</u>	<u>2.449</u>	<u>1.061</u>	<u>45.180</u>	<u>(11.367)</u>	<u>59.043</u>	<u>44</u>	<u>59.087</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Trimestre - 01/01/20 a 31/03/2020			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do período	(11.367)	(10.801)	(11.367)	(10.801)
Ajustes por:				
Resultado das baixas do ativo intangível	20	174	-	174
Resultado das baixas do ativo imobilizado, inclusive arrendamentos	19 22	38	278	38
Depreciação e amortização (imobilizado, intangível e arrendamentos)	19 20	18.279	15.672	18.559
Equivalência patrimonial	17	631	(1.032)	-
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	10	580	-	580
Provisão para contingências	27	162	(586)	162
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures	23 24	887	1.107	887
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)	22 23 24	17.080	15.405	17.097
Instrumentos financeiros derivativos	12	(7.833)	-	(7.833)
Variação cambial	23	8.773	-	8.773
Imposto de renda e contribuição social	32	(4.435)	(3.147)	(4.460)
(Aumento)/redução dos ativos:				
Contas a receber de clientes	9	(14.717)	(10.817)	(15.214)
Impostos a recuperar	11	460	(651)	460
Estoques	10	(36.719)	11.951	(36.719)
Depósitos judiciais	27	(131)	-	(131)
Outros investimentos	14	-	(450)	-
Outros ativos	13	(2.492)	(2.693)	(2.499)
Aumento / (redução) dos passivos:				
Fornecedores	21	24.474	(3.743)	24.509
Obrigações sociais e trabalhistas	25	1.940	1.748	1.948
Obrigações fiscais e tributárias		972	(108)	1.015
Parcelamentos de tributos	26	688	(326)	648
Outros débitos		(1.791)	370	(111)
Pagamento de arrendamento - juros	22	(3.715)	(3.676)	(3.715)
Pagamento de juros sobre empréstimos	23	(4.097)	-	(4.114)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(12.159)	8.501	(11.313)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	8	(33.308)	-	(33.308)
Aquisições de imobilizado	19	(6.288)	(3.580)	(6.658)
Aquisições de intangível	20	(606)	676	(606)
Aplicações no ativo biológico	18	-	-	(262)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(40.202)	(2.904)	(40.834)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	23	30.931	4.247	30.931
Pagamento de empréstimos - principal	23	(26.884)	(15.602)	(26.967)
Custos da transação	23	(170)	-	(170)
Pagamento de arrendamentos	22	(10.582)	(12.899)	(10.582)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(6.705)	(24.254)	(6.788)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(59.066)	(18.657)	(58.935)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	80.402	29.607	80.426
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7	21.336	10.950	21.491
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(59.066)	(18.657)	(58.935)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Receitas (1)	418.127	360.095	418.781	361.671
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	418.127	360.095	418.781	361.671
Outras receitas	-	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	304.065	263.609	304.853	263.820
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	272.956	235.885	273.412	235.885
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	31.109	27.724	31.441	27.935
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	-
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	114.062	96.486	113.928	97.851
Depreciação e amortização (4)	18.276	16.539	18.555	16.539
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	95.786	79.947	95.373	81.312
Valor adicionado recebido em transferência (6)	(1.555)	1.455	(925)	431
Resultado da equivalência patrimonial	(631)	1.032	-	-
Ganhos tributários	-	-	-	-
Receitas financeiras	8.740	423	8.739	431
Outras financeiras	(9.664)	-	(9.664)	-
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	94.231	81.402	94.448	81.743
Distribuição do valor adicionado	94.231	81.402	94.448	81.743
Pessoal	59.315	52.801	59.428	53.032
Remuneração direta	51.129	45.420	51.233	45.644
Benefícios	5.389	4.787	5.392	4.789
FGTS	2.797	2.594	2.803	2.599
Impostos, taxas e contribuições	21.981	16.968	22.067	17.076
Federais	14.876	13.492	14.962	13.600
Estaduais	6.976	3.375	6.976	3.375
Municipais	129	101	129	101
Remuneração de capital de terceiros	24.302	22.434	24.320	22.436
Juros	23.761	21.873	23.779	21.875
Aluguéis	541	561	541	561
Outras	-	-	-	-
Remuneração de capital próprios	(11.367)	(10.801)	(11.367)	(10.801)
Prejuízo do exercício	(11.367)	(10.801)	(11.367)	(10.801)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral. A Companhia realiza suas vendas por meio de 304 lojas, sendo 269 lojas no Paraná, 21 em São Paulo e 14 em Santa Catarina.

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque. As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1ª série e 72 meses para o vencimento da 2ª série (vide notas explicativas 4.b e 24). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

Entidade controlada

A Companhia possui investimento na empresa Nissei Administradora de Bens Ltda., tendo como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, e em 11 de março. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, a Companhia entende que as suas projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não deverão ser impactadas de forma relevante o que não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis de seus ativos.

Até a presente data os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas incorridas pela Companhia para se proteger do surto não foram relevantes e, embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de abril e maio, as ações de redução de custos tomadas pela Companhia garantiram a recuperação dos resultados perdidos nestes dois meses em função desta perda de faturamento. A partir de junho a Companhia voltou a ter o faturamento em linha com o orçamento original.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 33 sobre riscos de mercado, temos limitada exposição à variação cambial do euro, em função de empréstimo, contratado nessa moeda., os montantes estão descritos na nota 23 (a) CDC moeda estrangeira. Os empréstimos e financiamentos contratados nessas moedas estão protegidos (hedge). Os possíveis impactos do surto na nossa exposição à variação do euro estão contemplados na análise de sensibilidade relacionada à variação cambial na nota explicativa 33.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, a Companhia avaliou perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia adotou como premissa a avaliação com base nos saldos de contas a receber em 31 de março de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa 9, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 31 de março de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* (IFRS) emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 em 26 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 22 – prazo de arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 18 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;

Nota explicativa 19 - imobilizado (vida útil dos bens e valor residual);

Nota explicativa 24 - valorização das debêntures (valorização conforme projeções de resultados financeiros futuros);

Notas explicativas 27 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 32 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A controladora e a controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 18 - ativo biológico (determinação do valor justo da valorização do ativo);

Nota explicativa 24 - debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures). Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado) e a segunda série ao valor justo de 4,4% do valor econômico da Companhia apurado nos termos do contrato.- vide nota 24. A segunda série de emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo (debêntures e swap).

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios/períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda.

	<u>Porcentagem de participação</u>		
	Controle	2020	2019
Nissei Administradora de Bens Ltda.	Direto	99,96%	99,96%

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita de vendas é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;

quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;

quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia se modifiquem como resultado do contrato); e

quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a Companhia tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita da Companhia advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas da Companhia. Entende-se portanto que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, carta de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda da Companhia planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda da Companhia. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento a Companhia a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras da Companhia e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda da Companhia. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), a Companhia reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social na Controlada é feito com base no regime de lucro presumido, conforme previsto na Lei 10.637/02, artigo 46.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado.

h. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente.
- Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota 22)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Softwares - 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas da Companhia e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vigência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso maior que 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

n. Arrendamentos

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia não atua como arrendador em contratos que contêm um componente de arrendamento.

o. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não impactaram as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia:

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	6.186	46.400	6.341	46.424
Aplicações financeiras	15.150	34.002	15.150	34.002
	21.336	80.402	21.491	80.426

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB possuem liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 101,50%, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Em 31 de março de 2020, as aplicações financeiras estão concentradas no Banco Votorantim.

8 Aplicações financeiras (Controladora e Consolidado)

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas a operações de empréstimos. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário e refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos, conforme segue:

Descrição	Indexador	31/03/2020	31/12/2019
Banco Votorantim	CDI – 100,40%	33.228	-
Banco ABC	CDI – 98,00%	10.081	10.001
Total		43.309	10.001

Não há aplicações financeiras na controlada em 31 de março de 2020.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cartões de crédito	90.044	77.949	90.044	77.949
Cartão próprio – convênio	7.130	6.898	7.130	6.898
Farmácia popular	4.880	2.458	4.880	2.458
Outras contas a receber	176	208	757	292
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.670)	(2.670)	(2.670)	(2.670)
Total	99.560	84.843	100.141	84.927

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	94.305	81.074	94.886	81.158
Vencidos em até 30 dias	3.346	1.245	3.346	1.245
Vencidos entre 31 e 60 dias	707	1.089	707	1.089
Vencidos entre 61 e 90 dias	101	786	101	786
Vencidos acima de 91 dias	3.771	3.319	3.771	3.319
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(2.670)	(2.670)	(2.670)	(2.670)
Total	99.560	84.843	100.141	84.927

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.670)	(895)
Constituições	-	(2.670)
Reversões	-	895
	(2.670)	(2.670)

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber dos administradores de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destas companhias.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 33.

10 Estoques (Controladora e Consolidado)

	31/03/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	277.795	240.411
Materiais de consumo	817	2.062
	278.612	242.473

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos da Companhia:

	31/03/2020	31/12/2019
Centro de distribuição	65.581	67.994
Lojas da rede	215.864	176.732
(-) Provisão de estoques (a)	(2.833)	(2.253)
	278.612	242.473

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques da Companhia, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes. O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

Em 31 de março de 2020, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 272.956 (R\$ 238.283– em 31 de março de 2019) para a controladora e de R\$ 273.414 (R\$ 238.284 - em 31 de março de 2019) para o consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no trimestre que totalizaram R\$ 3.629 (R\$ 4.554 - em 31 de março de 2019) para a controladora e consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

A movimentação da provisão de estoques no período encontra-se apresentada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.253)	(2.664)
Constituições	(580)	(2.253)
Reversões	-	2.664
	(2.833)	(2.253)

11 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	31/03/2020	31/12/2019
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	409	361
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	90	90
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	6	6
	505	457
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (a)	13.655	14.549
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	5.692	5.306
Outros impostos a recuperar	10	10
	19.357	19.865
Total dos impostos a recuperar	19.862	20.322
Passivo circulante	12.538	12.998
Passivo não circulante	7.324	7.324

- (a) Os créditos de ICMS de R\$ 13.655 em 31 de março de 2020 (R\$ 14.549 em 31 de dezembro de 2019) são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centros de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária.

Espera-se que R\$ 7.324, sejam consumidos nos prazos de 12 e 24 meses, respectivamente.

- (b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R\$ 5.692 em 31 de março de 2020 (R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia formalizou os devidos registros legais e a expectativa de realizar o montante no prazo de 12 meses.

12 Instrumentos derivativos (Controladora e Consolidado)

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa 33.

Em 31 de março de 2020, a Companhia tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Votorantim, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Valor do principal	Ponta ativa	Ponta passiva	Resultado
33.000	44.126	36.293	7.833

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 23.

13 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Outros ativos – partes relacionadas				
Antecipações para coligadas (a)	10.140	10.075	10.140	10.075
Mútuos a receber (b)	3.702	3.702	10.762	9.837
Hiperzoo Pet Shop (d)	-	-	3.221	3.221
Antecipações de lucros	2.712	2.226	5.247	4.541
Nissei Administradora de Bens	1.843	1.493	-	-
Total outros ativos – partes relacionadas	18.397	17.846	29.370	27.674
Acordos comerciais a receber (c)	31.756	30.793	31.756	30.703
Bloqueios judiciais	3.094	3.094	3.094	3.094
Antecipações para colaboradores	2.727	3.082	2.727	3.082
Antecipações para fornecedores	2.610	2.972	3.067	2.972
Prêmios de seguros	745	854	745	854
Outros	4.082	2.368	6.872	6.753
Total outros ativos - terceiros	45.014	43.073	48.261	47.458
Total outros ativos	63.411	60.919	77.631	75.132
Circulante	44.103	39.404	44.708	41.299
Não circulante	19.308	21.515	32.923	33.833

- (a) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka em 31 de março de 2020 envolve direitos a receber da sociedade, os quais foram totalmente liquidados em 30 de junho de 2020, por meio de acordo entre as partes.
- (b) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê prazo para pagamento e atualização dos saldos por taxa de juros – vide nota explicativa 16.

- (c) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas da rede. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.
- (d) O montante de R\$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. As condições negociadas entre as partes não prevêm atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.

14 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

A Companhia habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto, conforme processo judicial em andamento na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, e ao final do processo irá absorver o patrimônio da referida massa falida face aos pagamentos realizados pela Companhia aos demais credores. Os bens da massa falida são substancialmente terrenos e imóveis localizados na região de Curitiba-Paraná.

Os saldos estão assim compostos:

	31/03/2020	31/12/2019
Aquisição sub judice	4.598	4.598
Liquidações de dívidas	3.553	3.553
Parcelamentos federais	2.583	2.583
Parcelamentos estaduais	227	227
Parcelamentos municipais	36	36
Outros	1.457	1.457
	12.454	12.454

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

O processo teve o trâmite final no mês de maio de 2020, momento em que os bens da massa falida foram transferidos para Companhia (vide nota explicativa 37).

Não há quaisquer passivos contenciosos relacionados.

15 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	31/03/2020	31/12/2019
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	42.925	42.925
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	5.804	5.804
Outros precatórios estaduais (c)	1.431	1.431
	50.160	50.160

- (a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre a Companhia e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016 somam, em 31 de março de 2020, o montante de R\$ 42.925 (R\$ 42.925 em 2019), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR (permanente), acrescido de juros de IPCA-E até 31 de março de 2019. Em 05 de março de 2019, foi publicado a decisão judicial concordando com a cisão dos créditos pela CR Almeida S.A. e em 01 de abril de 2019 depositados pelo Estado do Paraná em juízo, afim de que os trâmites legais de processo para pagamento a cada parte envolvida. A Companhia formalizou juntamente com a CR Almeida petição dos montantes em 29 de novembro de 2019 junto ao judiciário e obteve concordância nos procedimentos a serem cumpridos em 05 de março de 2020.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 5.804 (R\$ 5.804 em 2019) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde a Companhia detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 31 de dezembro de 2019, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R\$ 5.804 (R\$ 5.804 em 2019).
- (c) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431 estão registrados pelo valor de custo. Tais precatórios serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

16 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo não circulante				
Com. de medicamentos Maloca Ltda. (a)	10.140	10.075	10.140	10.075
Nissei Administradora de Bens (b)	1.843	1.843	-	-
Hiperzoo Pet Shop (c)	-	-	3.221	3.221
Antecipação de lucros	2.712	2.226	5.247	4.541
Mútuo de sócios (d)	3.702	3.702	10.762	9.837
Total do ativo não circulante	18.397	17.846	29.370	27.674
Passivo não circulante				
Nissei Administradora de Bens	-	1.674	-	-
Total do passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka envolve direitos a receber da sociedade, os quais estão em trâmites de dissolução administrativas entre as partes.
- (b) As movimentações a receber da controlada Nissei Administradora de Bens Ltda. referem-se à conta corrente entre as partes. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas, pois a administração entende que os valores são integralmente recebíveis. O acordo entre as partes não prevê prazos para liquidação dos valores.
- (c) O montante de R\$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.
- (d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento é agosto de 2021, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano.

A Companhia possui imóveis locados da controlada, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

	31/03/2020	31/12/2019
Centro de Treinamentos Nissei	85	315
Loja Nissei - Champagnat Batel	16	64
Loja Nissei - Alto da XV 24 horas	90	353
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	28	107
Loja Nissei - Praia de Leste	36	140
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	31	122
Outros aluguéis	179	661
	465	1.762

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 31 de março de 2020 o montante de R\$ 466 (R\$ 1.628 em 31 de dezembro de 2019). As participações no capital social da controladora e controlada estão distribuídas, conforme segue:

Controladora - O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

Controlada - O capital social está representado por 55.923.439 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00, pertencentes à Patrícia Maeoka (0,0004%), Alexandre Maeoka (0,0004%), Sergio Maeoka (0,0350%) e a Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (99,9642%).

17 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	31/03/2020	31/12/2019
Investimento em controlada	106.630	107.261

b. Movimentação dos saldos

		Nissei Adm. Bens
Saldo em 31 de dezembro de 2019		107.261
(+) Resultado de equivalência patrimonial		(631)
Saldo em 31 de março de 2020		106.630

c. Detalhes da investida

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante	1.341	2.003
Ativo não circulante	134.337	134.369
Ativo total	135.678	136.372
Passivo circulante	2.705	3.136
Passivo não circulante	26.289	25.917
Patrimônio líquido	106.684	107.319
Total do passivo e patrimônio líquido	135.678	136.372
Demonstração do resultado:		
Receitas líquidas	630	3.495
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	(631)	145
Participação Nissei (%)	99,96%	99,96%
Equivalência patrimonial	(631)	143

18 Ativo biológico (Consolidado)

A Controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 / CPC 46 / IAS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares em 31 de março de 2020 (2.307 hectares em 31 de dezembro de 2019). Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IAS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos: pelo valor justo:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo de início do período	40.023	36.204
Varição por mudança no valor justo	-	2.512
Novos investimentos	262	1.307
	40.285	40.023
Saldo no final do período	40.285	40.023

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> • Preços futuros estimados de madeira por m3 (2019: R\$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2018: R\$ 15,00 – 160,00, média ponderada de R\$ 83,00). • Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R\$ 263,00; 2018: 60 - 300,00, média ponderada de R\$ 170,00) • Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2018: 10%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os preços da madeira forem superiores (inferiores); • os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

A Companhia avalia os ativos biológicos em 31 de dezembro de cada ano.

19 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Controladora	31/03/2020			31/12/2019		
Descrição Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóvel de terceiros	69.292	(37.167)	32.125	66.687	(34.808)	31.879
Equipamentos de informática	24.435	(14.978)	9.457	24.103	(14.185)	9.918
Instalações	26.087	(11.593)	14.494	25.649	(11.118)	14.531
Máquinas e equipamentos	7.351	(4.701)	2.650	7.297	(4.540)	2.757
Móveis e utensílios	56.443	(25.744)	30.699	55.278	(24.414)	30.864
Veículos de uso	6.378	(4.946)	1.432	6.507	(4.910)	1.597
Direito de uso – arrendamento (CPC 06 R2)	204.035	(55.241)	148.794	181.716	(44.071)	137.645
Imobilizado em andamento	2.734	-	2.734	1.266	-	1.266
Total	396.755	(154.370)	242.385	368.503	(138.046)	230.457

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
em 31 de março de 2020

Consolidado	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado						
Terrenos	59.736	-	59.736	59.736	-	59.736
Edificações	21.668	(4.346)	17.322	21.330	(4.177)	17.153
Benfeitorias em imóvel de terceiros	69.292	(37.167)	32.125	66.687	(34.808)	31.879
Equipamentos de informática	24.455	(14.992)	9.463	24.116	(14.198)	9.918
Instalações	26.087	(11.593)	14.494	25.649	(11.118)	14.531
Máquinas e equipamentos	7.632	(4.898)	2.734	7.552	(4.733)	2.819
Móveis e utensílios	56.651	(25.906)	30.745	55.486	(24.570)	30.916
Veículos de uso	10.075	(7.243)	2.832	10.204	(7.106)	3.098
Direito de uso – Arrendamento (CPC 06 R2)	204.035	(55.241)	148.79	181.716	(44.071)	137.645
Imobilizado em andamento	2.734	-	2.734	1.267	-	1.267
Total	482.365	(161.386)	320.979	453.743	(144.781)	308.962

Com a adoção do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Companhia iniciou a partir de 1º de janeiro de 2019, o registro do direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, as adições do período incluem o valor de R\$ 181.716 em 2019 e R\$ 22.535 em 2020. Vide detalhes na nota explicativa 22.

b. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora									
Custo	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – Arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.902	21.691	23.751	49.732	7.119	59.737	-	1.397	170.329
Adições	679	2.412	1.916	5.619	178	2.853	182.264	5.255	201.176
Baixas	(1.074)	-	(18)	(73)	-	(1.129)	(548)	(160)	(3.002)
Transferências	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.507	24.103	25.649	55.278	7.297	66.687	181.716	1.266	368.503
Adições (a)	36	320	438	1.165	68	1.043	22.535	3.218	28.823
Baixas	(153)	-	-	-	(14)	(188)	(216)	-	(571)
Transferências	(12)	12	-	-	-	1.750	-	(1.750)	-
Saldo em 31 de março de 2020	6.378	24.435	26.087	56.443	7.351	69.292	204.035	2.734	396.755

Controladora								
Depreciação acumulada	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Direito de uso – Arrendamento	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.321)	(3.905)	(4.560)	(19.483)	(11.283)	-	(26.313)	(74.865)
Adições	(1.803)	(635)	(963)	(4.946)	(2.902)	(44.071)	(9.361)	(64.681)
Baixas	6	-	613	15	-	-	866	1.500
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.118)	(4.540)	(4.910)	(24.414)	(14.185)	(44.071)	(34.808)	(138.046)
Adições	(475)	(161)	(149)	(1.330)	(793)	(11.170)	(2.495)	(16.573)
Baixas	-	-	113	-	-	-	136	249
Saldo em 31 de março de 2020	(11.593)	(4.701)	(4.946)	(25.744)	(14.978)	(55.241)	(37.167)	(154.370)

- (a) O valor de R\$ 22.535 refere-se as movimentações do CPC 06 (R2)/IFRS 16, sendo novos contratos reconhecidos no período, bem como reajustes normais dos contratos existentes. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.

Consolidado											
Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e informática	Veículos	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Direito de uso – Arrendamento	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.228	22.618	23.751	7.340	49.939	21.704	9.670	59.737	-	1.397	258.384
Adições	564	49	1.916	212	5.620	2.412	1.812	2.853	182.264	5.256	202.958
Baixas	(3.056)	(1.337)	(18)	-	(73)	-	(1.278)	(1.129)	(548)	(160)	(7.599)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.736	21.330	25.649	7.552	55.486	24.116	10.204	66.687	181.716	1.267	453.743
Adições	-	338	438	94	1.165	327	36	1.043	22.535	3.217	29.193
Baixas	-	-	-	(14)	-	-	(153)	(188)	(216)	-	(571)
Transferências	-	-	-	-	-	12	(12)	1.750	-	(1.750)	-
Saldo em 31 de março de 2020	59.736	21.668	26.087	7.632	56.651	24.455	10.075	69.292	204.035	2.734	482.365

Consolidado									
Depreciação acumulada	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em Imóvel de terceiros	Direito de uso – Arrendamento	Edificações	Total Depreciação
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.321)	(3.993)	(6.631)	(19.619)	(11.326)	(26.314)	-	(3.525)	(80.789)
Adições	(1.803)	(650)	(1.292)	(4.966)	(2.872)	(9.361)	(44.071)	(652)	(65.663)
Baixas	6	-	817	15	-	866	-	-	1.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.118)	(4.733)	(7.106)	(24.570)	(14.198)	(34.808)	(44.071)	(4.177)	(144.781)
Adições	(475)	(165)	(250)	(1.336)	(793)	(2.495)	(11.170)	(169)	(16.853)
Baixas	-	-	113	-	-	136	-	-	249
Saldo em 31 de março de 2020	(11.593)	(4.898)	(7.243)	(25.906)	(14.991)	(37.168)	(55.241)	(4.346)	(161.386)

- (a) O valor de R\$ 22.535 refere-se as movimentações do CPC 06 (R2)/IFRS 16, sendo novos contratos reconhecidos no período, bem como reajustes normais dos contratos existentes. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.

Garantias

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 23.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o período encerrado em 31 de março de 2020, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

20 Intangível (Controladora e Consolidado)

Custo	Software em uso	Fundo de Comércio	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.324	10.275	24.599	24.599
Adições	1.718	800	2.518	2.524
Baixas	-	(240)	(240)	(240)
Amortizações	(4.601)	(120)	(4.721)	(4.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.441	10.715	22.156	22.162
Adições	366	240	606	606
Baixas	-	(174)	(174)	(174)
Amortizações	(1.191)	(515)	(1.706)	(1.712)
Saldo em 31 de março de 2020	10.616	10.266	20.882	20.882

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. A Companhia realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2020, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliado ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso da Companhia referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A amortização dos fundos de comércio ocorre conforme descrito nota 6 (i).

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias	269.849	244.065	269.849	244.065
Fornecedores de bens e serviços	9.160	10.470	9.318	10.593
	279.009	254.535	279.167	254.658

22 Arrendamentos a pagar

A Controladora arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

Arrendamentos baseados em aluguéis variáveis, ou seja, os quais são adicionais e baseados em percentual do faturamento da loja no período do contrato, não foram considerados na base de reconhecimento inicial. Os montantes são reconhecidos em resultado.

O início do prazo de arrendamento considera a data em que a Controladora passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

- Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:
 - Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e consideradas saudáveis de resultados operacionais considerou-se o prazo restante do contrato.
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas saudáveis de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 60 meses.
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.
- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

A Controladora avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,91% a.m., a qual dentro das análises da Companhia correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Controladora reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

A Controladora ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2020, foi a seguinte:

Movimentação	Contrato arrendamentos
Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2020	143.210
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	22.535
Pagamentos efetivados – principal	(10.582)
Pagamentos efetivados – juros	(3.715)
Juros reconhecidos no resultado	4.251
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(284)
Saldo em 31 de março de 2020	155.415
Passivo circulante	38.162
Passivo não circulante	117.253
	155.415

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	31.03.2020
2020	19.970
2021	40.900
2022	37.013
2023	31.785
2024	12.541
2025 em diante	<u>13.036</u>
	<u>155.415</u>
Terceiros	153.963
Partes relacionadas	<u>1.452</u>
Total	<u>155.415</u>

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de março de 2020, foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento	
Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2020	137.645
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	20.995
Reajustes reconhecidos no período	1.540
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(216)
Depreciação no período	<u>(11.170)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>148.794</u>

23 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Moeda estrangeira

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<i>CDC (a)</i>					
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	<u>41.825</u>	<u>40.746</u>	<u>41.825</u>	<u>40.746</u>
Total		<u>41.825</u>	<u>40.746</u>	<u>41.825</u>	<u>40.746</u>

Moeda nacional

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Capital de giro					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	81.216	78.246	81.216	78.246
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	2.344	3.751	2.344	3.751
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	956	7.322	956	7.322
Banco Santander	Pré Fixada	1.737	2.992	1.737	2.992
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	12.090	7.737	12.090	7.737
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	39.044	38.309	39.044	38.309
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	15.832	2.136	39.044	2.136
Banco Bradesco	Pré fixada + pós fixada (CDI)	2.000	-	2.000	-
Banco Daycoval	Pré Fixada	4.350	6.858	4.350	6.858
Total		159.569	147.351	159.569	147.351
Arrendamentos (Leasing)					
Banco Safra	Pré fixada	131	161	140	326
Banco Daycoval	Pré fixada	373	441	373	441
HP Financeira	Pré fixada	2.038	2.449	2.038	2.449
Total		2.542	3.051	2.551	3.216
CDC					
Banco Safra	Pré fixada	383	415	580	688
Bradesco	Pré fixada	453	520	881	732
Banco Itaú	Pré-Fixada	275	303	275	303
Total		1.111	1.238	1.669	1.723
Total de empréstimos e financiamentos		205.047	192.386	205.614	193.036
Circulante		59.791	46.917	60.146	47.263
Não circulante		145.256	145.469	145.468	145.773

Covenants

A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de março de 2020.

Taxas contratadas

Já considerando o efeito líquido da emissão de debêntures, a Companhia trabalha na data de 31 de março de 2020 com juros pré-fixados e juros pós-fixados.

As taxas médias destes juros são:

Pré-fixado - Juros médios de 1,14 % a.m.

Pós fixados - Juros médios de CDI + 0,36% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos da Companhia os seguintes bens e direitos:

Aval dos acionistas

Fluxo de carteira de cartão de crédito

Aplicações financeiras (nota 8)

Fluxo de outros recebíveis (convênios)

Ativos imobilizados da Companhia e da Controlada, sendo:

- Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico.
- Alienação fiduciária de estoques no valor de R\$ 2.800.
- Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.
- Imóvel Parolin (objeto ação Massa Falida – nota explicativa 14).

Não há qualquer outro ativo da Companhia e controlada arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no período compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2019	<u>138.112</u>	<u>138.643</u>
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Novos custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	<u>2.334</u>	<u>2.334</u>
Saldo em 31.12.2019	<u>192.386</u>	<u>193.036</u>
Captações	30.931	30.931
Juros e atualizações	3.725	3.742
Variação cambial	8.773	8.773
(-) Pagamento do principal	(26.884)	(26.967)
(-) Pagamento de juros	(4.097)	(4.114)
(-) Novos custos da transação	(170)	(170)
Amortização de custo da transação	<u>383</u>	<u>383</u>
Saldo em 31.03.2020	<u>205.047</u>	<u>205.614</u>

Cronograma de pagamento (controladora)

2020	50.530
2021	29.820
2022	35.979
2023	33.073
2024	33.072
2025	13.884
2026	9.256
Total	<u><u>205.047</u></u>

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado da Companhia nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 31.12.2019	<u><u>2.134</u></u>
(-) Novos custos da transação	170
Amortização de custo da transação	<u>(383)</u>
Saldo em 31.03.2020	<u><u>1.921</u></u>

24 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	31/03/2020	31/12/2019
Primeira série (custo amortizado)	157.794	149.110
Segunda série (valor justo)	<u>41.526</u>	<u>40.602</u>
Total	<u><u>199.320</u></u>	<u><u>189.712</u></u>
Passivo circulante	105.644	88.806
Passivo não circulante	<u>93.676</u>	<u>100.906</u>
	<u><u>199.320</u></u>	<u><u>189.712</u></u>

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R\$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento para 31 de outubro de 2021 e, a segunda série até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R\$ 157.794 em 31 de março de 2020 (R\$ 149.110 em 31 de dezembro de 2019) é registrada pelo custo amortizado, e, a segunda série R\$ 41.526 em 31 de março de 2020 (R\$ 40.602 em 31 de dezembro de 2019) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e a segunda série, anualmente, é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Para classificação dos saldos do passivo circulante, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação do montante R\$ 105.644 registrado no passivo circulante, a Companhia vem envidando esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.250	37.041	168.291
Parcela passivo circulante	3.693	-	3.693
Parcela passivo não circulante	127.557	37.041	164.598
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2013
(+) Atualização de juros - série 1	330	-	330
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	17.860	3.561	21.421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
Parcela passivo circulante	88.806	-	88.806
Parcela passivo não circulante	60.304	40.602	100.906
(+) Apropriação custo da transação	504	-	504
(+) Atualização de juros - série 1	8.180	-	8.180
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	924	924
Total das movimentações	8.684	924	9.608
Saldo em 31 de março de 2020	157.794	41.526	199.320

(*) O pagamento de juros da primeira série é dividido em parcelas semestrais, sendo que 50% da remuneração deve ser liquidada em dinheiro, e 50% deve ser capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal da totalidade das debêntures, os quais deverão ser integralmente quitados na data de vencimento da primeira série.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão de Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R\$ 1.

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debênture é remunerada através de um *kicker* que pode ser calculado através de dois formatos diferentes, conforme segue:

a. Com evento de liquidez

Caso a Companhia realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações, deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico da Companhia, ou,

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado, para fins de mensuração de cláusulas contratuais, acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

A variação observada na atualização do valor justo da segunda série deve-se a alteração do método de valorização ocorrido no período entre as alternativas acima. A mensuração foi realizada com base na melhor estimativa da Companhia para refletir o resultado julgado como mais provável no momento.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado da Companhia no processo de emissão de debêntures, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

- (a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R\$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	3.061
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
2020	(192)
	<hr/>
Saldo a apropriar	1.211

- (b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica da Companhia, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R\$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	4.992
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
2020	(312)
	<hr/>
Saldo a apropriar	1.976

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado da Companhia, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R\$ 1.300, sendo baixados conforme:

Contratação de serviços especializados	1.300
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
2020	(81)
	<hr/>
Saldo a apropriar	<u>515</u>

Covenants

Os covenants financeiros são (data-base para apuração: 30 de outubro):

- (a) Obrigação de não-ocorrência das ações da Companhia e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R\$ 30.000; e
- (b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) dividido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e
- (c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R\$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços da Companhia para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, a Companhia obteve, em 4 de dezembro de 2019 e 23 de abril de 2020, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020, respectivamente, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Companhia, no caso do não cumprimento da cláusula prevista no item (a) e (b), acima descritos.

Contudo, a anuência está condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

Quando do recebimento pela Companhia de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R\$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista.

Autorização para utilização de bens em garantia de operações financeiras relacionadas, sendo os ativos biológicos, as fazendas de Guarapuava, Itaperuçu e Rio Branco e Condomínio Brava.

Amortização de juros da parcela de abril de 2020 prorrogada para 27 de julho de 2020, sem prejuízo as cláusulas contratuais.

Amortização parcial de debêntures, no valor de R\$ 8.000 até 30 de novembro de 2020, sendo R\$ 4.000 pagos até 31 de agosto de 2020 e valor restante em 30 de novembro de 2020.

Pagamento de waiver fee em favor da Debenturista, no valor de R\$ 450, o mesmo será adicionado aos montantes devidos por conta da operação inicial.

Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Em 31 de março de 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas mencionadas acima e as demais cláusulas requeridas pelo contrato de debêntures.

Garantias

A operação está garantida por:

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia.
- (b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,
- (c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

25 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Salários a pagar	9.283	9.253	9.303	9.278
FGTS a recolher	980	1.323	983	1.326
INSS a recolher	4.450	4.297	4.458	4.306
Provisão de férias e encargos	20.894	17.340	20.945	17.340
Prêmios de produtividade e companhas	5.542	6.735	5.542	6.735
Outras obrigações trabalhistas	415	676	415	713
	41.564	39.624	41.646	39.698

26 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
REFIS				
Programa de regularização tributária – PRT	18.495	18.957	18.495	18.957
Programa especial de regularização tributária – PERT	11.648	11.840	11.648	11.840
	30.143	30.797	30.143	30.797
Outros				
Lei 10552/2002	-	-	283	323
Parcelamento - Estado São Catarina	1.342	-	1.342	-
	1.342	-	1.625	323
Total dos parcelamentos	31.485	30.797	31.768	31.120
Passivo circulante	4.134	3.182	4.301	3.353
Passivo não circulante	27.351	27.615	27.467	27.767

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

Em 31 de março de 2020 a Companhia está atendendo as condições necessárias para a sua manutenção dos programas.

27 Provisão para contingências (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	1.991	2.270
Cíveis e administrativas	6.033	5.592
	8.024	7.862
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	(4.883)	(4.755)
Cíveis e administrativas	(302)	(299)
	(5.185)	(5.054)
Total da provisão para contingência, líquida	2.839	2.808

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ R\$ 4.516 em 31 de março de 2020 (R\$ 7.682 em 31 de dezembro de 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Contingência ativa

A Companhia ajuizou mandado de segurança em março de 2017 para pleitar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 26 de maio de 2020 o mandado impetrado pela Companhia transitou em julgado favoravelmente a Companhia afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com base no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento, a Companhia estimou, com auxílio de seus assessores tributários, crédito no montante de R\$ 9.326 a ser registrado pelo momento do trânsito em julgado.

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Reserva de retenção de lucros

Na rubrica de Reservas de lucro está registrada a reserva específica para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC's, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido.

e. Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto da Companhia, do lucro remanescente após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias de 10% (dez por cento), ajustados nos termos do artigo 202, da Lei 6.404/76 e limitado aos covenants da Debênture – nota explicativa 23.

29 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31/03/2019 (Não revisado)	31.03.2020	31/03/2019 (Não revisado)
Receita operacional bruta				
Vendas de mercadorias	415.082	358.130	415.082	358.130
Verbas (a)	4.548	2.975	4.548	2.975
Prestação de serviços	916	715	1.124	1.858
	420.546	361.820	420.754	362.963
Deduções sobre vendas/serviços				
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(16.013)	(10.856)	(16.037)	(10.913)
Devoluções e abatimentos	(2.419)	(1.724)	(2.419)	(1.724)
	(18.432)	(12.580)	(18.456)	(12.637)
Receita operacional líquida	402.114	349.240	402.298	350.326

A Companhia mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Alto Custo.i). As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

- (a) Os saldos registrados na rubrica “verbas” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

30 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Mercadorias vendidas	272.956	238.284	273.414	238.284
Despesas de pessoal	69.103	61.623	68.942	61.736
Depreciação e amortização	18.799	16.539	19.078	16.539
Propaganda e publicidade	2.054	1.396	2.054	1.396
Criação e produção	626	567	626	567
Taxas de administração de operadoras de cartões	4.700	3.219	4.700	3.219
Fretes e carretos	2.525	1.628	2.525	1.628
Serviços de terceiros	7.389	7.309	7.459	7.406
Despesas com manutenção	2.854	2.780	2.854	2.780
Outros	11.606	9.742	11.716	9.428
Total	392.612	343.087	393.368	342.982

Classificados como	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	272.956	238.284	273.414	238.283
Despesas administrativas	17.551	15.169	17.849	15.154
Despesas comerciais	102.105	89.634	102.105	89.545
Total de despesas	392.612	343.087	393.368	342.982

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Receita financeira				
Receitas com operações com derivativos (nota 14)	7.833	-	7.833	-
Rendimentos com aplicações financeiras	470	3	470	2
Descontos obtidos	15	13	15	13
Outros	186	317	187	326
Total	8.504	333	8.505	341

Despesa financeira	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)	31/03/2020	31/03/2019 (Não revisado)
Juros sobre empréstimos	13.179	11.704	13.179	11.704
Ajuste a valor presente (i)	5.455	4.295	5.455	4.295
Juros passivos	-	52	-	52
IOF	385	330	385	330
Despesas bancária	245	223	265	223
Debênture - Série 2	924	843	924	843
Outras despesas financeiras	476	405	476	405
Variação cambial	8.772	-	8.772	-
Juros de arrendamentos (ii)	3.977	4.007	3.977	4.009
Total	33.413	21.859	33.433	21.861

- (i) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.
- (ii) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota 21.

32 Imposto de renda e contribuição social

Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo não circulante				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	3.632	3.582	3.632	3.582
Outras provisões (financeiras, estoques e outros)	5.945	4.841	5.945	4.841
Provisões – variação cambial	2.983	-	2.983	-
Prejuízos fiscais a compensar	6.258	5.960	6.258	5.960
Total ativo não circulante	18.818	14.383	18.818	14.383
Passivo não circulante				
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(23.593)	(23.618)
Total passivo não circulante	-	-	(23.593)	(23.618)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	18.818	14.383	(4.775)	(9.235)

Movimentação dos saldos – ativo diferido – controladora

O ativo diferido da controladora está composto em 34% sobre a base de provisões temporárias e prejuízo fiscal. Abaixo apresenta-se a movimentação do ano:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.383
(+) Incremento prejuízo fiscal e provisões temporárias	4.435
Saldo em 31 de março de 2020	18.818

Movimentação dos saldos – passivo diferido - controladora

O passivo diferido na controladora referem-se ao custo atribuído (CPC 27 e ICPC 10) e estão constituídos as mesmas taxas dos impostos correntes. Abaixo demonstrativo de movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.618
(-) Realização de impostos diferidos	(25)
Saldo em 31 de março de 2020	23.593

A Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado será realizado substancialmente nos próximos anos.

Corrente e diferido – resultado (Controladora)

A seguir demonstramos a reconciliação de (despesas) receitas com o imposto de renda e a contribuição social do período:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019 (não revisado)	31.03.2020	31.03.2019 (não revisado)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(15.802)	(13.948)	(15.762)	(13.783)
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente (34%)	5.373	4.742	5.359	4.686
(+) Adições permanentes	(5.594)	(5.105)	(5.594)	(5.105)
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(3.891)	(3.597)	(3.891)	(3.597)
Juros de arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(1.352)	(1.362)	(1.352)	(1.362)
Perda por equivalência patrimonial	(215)	-	(215)	-
Outras adições (brindes/multas/outras)	(136)	(146)	(136)	(146)
(-) Exclusões permanentes	4.884	4.736	4.862	4.680
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	4.884	4.385	4.884	4.385
Ganho de equivalência patrimonial	-	351	-	351
Outros	-	-	(22)	(56)
Outras	(228)	(1.226)	(232)	(1.279)
	<u>4.435</u>	<u>3.147</u>	<u>4.395</u>	<u>2.982</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(65)	(165)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.435	3.147	4.460	3.147
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.435	3.147	4.435	3.147
Alíquota efetiva	28,07%	22,56%	28,14%	22,83%

O consolidado apresentou imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços de R\$ 65 e R\$ 165 em 31 de março de 2020 e 2019, respectivamente.

33 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez e estrutura de capital

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia e sua controlada, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia e sua controlada possuem e seguem a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e sua controlada, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados (saldos do consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Total dos financiamentos e empréstimos	205.047	192.386	205.614	193.036
Debêntures	199.320	189.712	199.320	189.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(21.336)</u>	<u>(80.402)</u>	<u>(21.491)</u>	<u>(80.426)</u>
Dívida líquida	383.031	301.696	383.443	302.322
Patrimônio líquido	59.043	70.410	59.043	70.454
Índice de alavancagem financeira	<u>6,57</u>	<u>4,28</u>	<u>6,58</u>	<u>4,29</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de março de 2020				
Financiamentos e empréstimos	59.791	57.060	78.940	9.256
Debêntures (série 1 + série 2)	105.644	93.676	-	-
Fornecedores	279.167			
Passivo de arrendamento	38.162	29.295	77.303	10.655

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e sua controlada, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (consolidado)

	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	21.491	80.426
Aplicações financeiras	43.309	10.001
Contas a receber de clientes	100.141	84.927
Outras contas a receber	77.631	75.132
	242.572	250.486
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	279.167	254.658
Empréstimos e financiamentos	205.614	193.036
Debênture série 1	157.794	149.110
Passivo de arrendamentos	155.415	143.210
Outras contas a pagar	6.229	6.347
	804.219	746.361

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

	31/03/2020	31/12/2019
Passivos financeiros:		
Avaliados ao valor justo:		
Debêntures série 2	41.526	40.602
Empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por SWAP	41.825	40.746

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros do grupo de Ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>Segunda série A segunda série das debênture é remunerada através de um <i>kicker</i> que pode ser calculado através de dois formatos diferentes, conforme segue:</p> <p>c. Com evento de liquidez Caso a Companhia realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico da Companhia, ou,</p> <p>d. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.</p> <p>A variação observada na atualização do valor justo da segunda série deve-se a alteração do método de valorização ocorrido no período entre as alternativas acima. A mensuração foi realizada com base na melhor estimativa da companhia para refletir o resultado julgado como mais provável no momento.</p>	<p>Previsão da taxa de crescimento anual da receita</p> <p>Previsão da margem do Ebtida</p> <p>Taxa de desconto ajustada ao risco</p>	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do Ebitda fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do Ebtida</p>

Ainda, as técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 1 para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira protegidos por SWAP mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<p>O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de março de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 5,94% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de março de 2020:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	205.614	(3.053)	(6.107)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado (*)	-	4.152	3.298	762

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

34 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

	31.03.20	31.03.19
Prejuízo do período	(11.367)	(10.801)
Número de ações (unidades)	21.720.362	21.720.362
Ações ordinárias nominativas (sem valor nominal)	21.720.362	21.720.362
Resultado por ação básico e diluído (em Reais)	(0,52)	(0,50)

35 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2019, a Companhia registrou direito de uso de arrendamento no valor de R\$ 150.505 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes à adoção inicial e novos contratos reconhecidos no período. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.

Abaixo demonstrado as movimentações dentro do período do trimestral:

Direito de uso de arrendamento	
Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2020	137.645
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	20.995
Reajustes reconhecidos no período	1.540
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(216)
Depreciação no período	<u>(11.170)</u>
Saldo em 31 de março de 2020	<u>148.794</u>

36 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 31 de março de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 362.552 para danos materiais.

37 Eventos subsequentes

(i) Processo – Massa Falida – Comércio de Cereais Marechal

No mês de maio de 2020, os bens que compunham o ativo da massa falida constituídos pelos imóveis localizados na região do Hauer e Parolin, foram, por decisão judicial, adjudicados à Companhia, pelos valor de R\$ 12.685. Em 30 de junho a Companhia realizou a venda dos imóveis para a Nissei Administradora de Bens pelo valor de R\$ 15.619, sendo apurado um ganho de R\$ 2.754, reconhecido na rubrica “outras receitas operacionais” dentro do resultado do exercício.

(ii) Mandado de segurança – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Trânsito em julgado

Em 26 de maio de 2020, o mandado de segurança impetrado pela Companhia, transitou em julgado favoravelmente à Companhia, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O reconhecimento do direito aplica-se também às operações já realizadas. Portanto, será possível recuperar os valores pagos a título de PIS e Cofins sobre ICMS destacado nas operações pretéritas, nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento. Como o ajuizamento ocorreu em 14/03/2017, será possível recuperar os valores pagos de 14/03/2012 a 26/05/2020.

Em 30 de junho de 2020 os respectivos créditos, compreendem o ganho tributário de R\$ 6.036, referente ao valor do crédito principal extemporâneo, e R\$ 2.122 como atualização financeira pela SELIC. Os mesmos serão compensados em até 12 meses..

(iii) Regime Especial – atribuição da condição de substituto tributário a estabelecimento atacadista

Em 25 de maio de 2020, através da publicação em Diário Oficial o Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, concedeu o regime especial ao estabelecimento CD Colombo, sendo o mesmo beneficiado e eleito sujeito passivo por substituição, para efeitos de retenção do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) relativo às operações subsequentes, nas operações de saída com as mercadorias, sendo: cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador; lâmina e aparelho de barbear; produtos alimentícios e produtos farmacêuticos.

A vigência do regime especial é a partir de 01 de junho de 2020.

O impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, é inicialmente na prorrogação de prazo de recolhimento da substituição tributária após a entrada em vigência do regime especial, considerando que o imposto será apurado com base nas saídas do estabelecimento CD Colombo e recolhido no mês posterior da emissão do documento fiscal. Não é possível estimar o montante de impacto em caixa, considerando que o valor apurado irá acompanhar o abastecimento de lojas pelo CD Colombo, no entanto a Companhia deixa de recolher antecipado o montante aproximado de R\$ 8.000.

(iv) Prorrogação do prazo de recolhimento de tributos federais

A Companhia aderiu as medidas tributárias adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, prorrogação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias (INSS) e diferimento do PIS e da COFINS das competências de março e abril de 2020, sendo R\$ 5.419 e R\$ 1.712, respectivamente. Os montantes serão recolhidos no mês de agosto e outubro de 2020, sendo os montantes de R\$ 3.445 e R\$ 3.686, respectivamente, sem juros e multas para o novo vencimento.
